

**RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
realizada pela  
**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
em **CURVELO**

*ALMG*

*Consultoria Temática da CSP*

**Curvelo, 27/4/2010**

## **I - Apresentação**

Em 27/4/2010, realizou-se, na Câmara Municipal de Curvelo, a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo debater a segurança pública na 14ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara e Doutor Viana, compuseram a Mesa: Dilcea Dayrell Sampaio, representando a Secretária de Estado de Educação; Henrique Duarte Gutfraind, Vereador; Hormezinda Rocha, Diretora da Rádio Centrominas FM e Vice-Presidente da Amirt; José Geraldo Gonçalves Correa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Subseção da OAB/MG em Curvelo; José Maria Penna Silva, Prefeito de Curvelo; Larissa Rodrigues Amaral, Promotora de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado; Maj. Ricardo Eugênio da Silva Oliveira, Subcomandante do 3º Batalhão de Bombeiros Militares; Roberta Fernandes Santos, Diretora de Atendimento do Presídio de Curvelo; Robinson Fuchs Brasilino, Chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; Ten.-Cel. Ernest Soares, Chefe do Estado-Maior da 14ª Risp; Valmir de Paula Ramos, Chefe em exercício do 14º Departamento da Polícia Civil, em Curvelo; Ten.-Cel. Jordão Bueno Júnior; Maj. Aguiar; Subten. Élcio; e Alceu José Torres Marques.

## **II - Desenvolvimento da reunião**

### **II.1) Exposições**

O Presidente da Comissão, após declarar aberta a reunião, relatou brevemente as discussões das audiências anteriores, apresentou as principais preocupações surgidas desde então, anunciou o fórum técnico sobre segurança pública, que deve acontecer em agosto, e passou a palavra aos componentes da Mesa.

Henrique Gutfraind observou que o campo para a violência entre os jovens é fértil: falta de perspectiva, momento delicado na educação, insatisfação dos professores e desestruturação familiar. Tudo isso torna difícil a elaboração de um diagnóstico e a determinação de estratégias.

O Prefeito de Curvelo elogiou o trabalho integrado das polícias. Lembrou, porém, que há muitos dependentes químicos e pouco apoio governamental para tratá-los e aproveitou para

pleitear a construção de uma regional para a realização de tratamento. Informou, ainda, que a Prefeitura tem investido em esportes e na parceria com a polícia, com o propósito de afastar os jovens das drogas.

O Ten.-Cel. Ernest Soares apresentou as 18 Risps e chamou a atenção para a coincidência entre as áreas territoriais das Polícias Militar e Civil a partir de 2009, o que representou avanço na gestão da segurança. Apontou que a 14ª Risp tem quase 70.000 km<sup>2</sup> e declarou que fica difícil cobrir um território tão vasto, com várias Áreas de Coordenação Integradas – Acisps.

Esclareceu que a Acisp de Diamantina é formada por 13 Municípios e 120 mil habitantes. A de Sete Lagoas – com 12 Municípios e 305 mil habitantes – apresenta forte criminalidade e intenso tráfico de drogas. A de Curvelo – com 15.000 km<sup>2</sup>, 12 Municípios, 170 mil habitantes, boa posição geográfica e extensa malha rodoviária – passou por avanços. A de Capelinha – com sete Municípios e 150 mil habitantes – é a que enfrenta os maiores problemas: faltam recursos e os efetivos da Companhia de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário são insuficientes.

Destacou que a monitoração de crimes violentos, como homicídios, tentativas de homicídios e estupros, suscita preocupação. A adoção de metas na Risp de Curvelo só chegou em 2009 e sua prática começou sob condições desfavoráveis: a estrutura surgiu por desmembramento da região de Montes Claros, gerando reestruturações nas Polícias Militar e Civil, bem como um passivo com alta criminalidade – 3º lugar entre as Risps.

Relatou que os crimes violentos na Acisp de Curvelo diminuíram de 809 para 557 por semestre. Entre os 1ºs trimestres de 2009 e de 2010, a redução foi de 46%. A meta acordada era reduzir o número desses crimes em 8%. O número de crimes violentos, que aumentou do 1º para o 2º trimestre de 2009, caiu nos dois últimos anos e estabilizou-se.

Soares mostrou que a curva de crimes violentos contra o patrimônio foi descendente em 2009 e comparou esse dado com 2010, ressaltando a redução de 52%. Verificou-se aumento nos dois primeiros trimestres do ano passado, queda no 3º e subida no último. Entre os 1ºs trimestres de 2009 e de 2010, constatou-se 48% de redução em vez dos 8% estabelecidos na meta.

Registrou, também, que dos 150 homicídios cometidos no ano passado, 50 estavam relacionados ao uso de drogas e bebidas alcoólicas. Comparando-se os 1ºs trimestres de 2009 e de 2010, a redução do número de homicídios foi de 21%. A meta era 3,4% de redução. O desempenho da região ficou em 2º lugar. O mesmo ocorreu com os crimes violentos: foi preciso buscar resultados.

O expositor ressaltou que o número de homicídios em Curvelo é bem menor que em Pirapora e Sete Lagoas. No ano passado, houve um no 1º trimestre, um no 2º, cinco no 3º e um no 4º. Nos 1ºs trimestres de 2009 e de 2010 os índices foram iguais.

Chamou a atenção para o fato de que não adianta baixar índices criminais às custas das liberdades individuais e públicas. Só uma polícia respeitosa é respeitada. Esclareceu que há um

projeto em implantação que estabelece o compromisso de que, no final de 2010, 100% do efetivo local terá feito o curso de formação na 14ª Risp. Destacou outro ponto importante: a integração com a sociedade civil, por meio da Polícia Comunitária. Sob esse aspecto, a região ainda pode melhorar muito. A integração e o fortalecimento dos laços conjuntos precisam ser mais fortes na base.

Soares apontou a importância do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd –, de sentido educacional e com resultados práticos, que permite à Polícia Militar capacitar instrutores para atingir preventivamente pré-adolescentes na escola. O Proerd atende a 34 Municípios. Em 2010, 68 militares serão capacitados. De 2007 para cá, foram habilitados 63 mil alunos. A meta é atingir 100%.

O Delegado Valmir de Paula informou que a Risp do 14º Departamento é composta por cinco regionais, abarcando 58 Municípios, com população aproximada de um milhão de habitantes. São 40 Delegados, 71 Escrivães, 160 Agentes de Polícia, 26 Peritos, 17 Médicos-Legistas e 8 policiais administrativos. O número de funcionários está assim distribuído: 72 em Curvelo, 61 em Diamantina, 91 em Sete Lagoas, 55 em Capelinha e 47 em Pirapora.

Relatou que, no 1º trimestre, a meta da Risp era de 1.067 inquéritos policiais, tendo sido concluídos 2.306. No caso específico de Curvelo, foram 129 inquéritos em janeiro, 102 em fevereiro e 83 no período que se seguiu. Como a meta a ser atingida é 85, há déficit de apenas dois. Segundo o Delegado, o problema mais grave é a falta de efetivo. Na Delegacia Regional, uma empresa procura acelerar o procedimento para evitar a demora na digitação e no envio dos dados para Belo Horizonte.

Valmir de Paula afirmou, ainda, que em relação aos Termos Circunstanciados de Ocorrência – TCOs – a Risp está em 2º lugar. A área de Curvelo abrange 11 cidades, quatro Comarcas e 75 mil habitantes. Apesar de haver um Delegado Regional e quatro Delegados de Polícia, no momento só três estão em atividade. Dos 21 Agentes, só é possível alocar 10 na Inspetoria. Quanto ao sistema carcerário, houve grande melhoria com a atuação da Subsecretaria de Administração Prisional – Suapi. Todavia, de acordo com ele, é preciso estender a experiência para Três Marias, Buenópolis e Corinto.

O Subten. Élcio informou que o Comando de Bombeiros na região de Curvelo abrange 17 Municípios distantes entre si. O funcionamento é garantido com a ajuda de pessoal municipal. As ocorrências graves exigem a presença da corporação. A demanda é grande: além de vistorias, há quase oito resgates por dia. As BRs 040 e 135 apresentam intenso fluxo de veículos, com muitos acidentes e atropelamentos.

Roberta Santos declarou que no Presídio de Curvelo há três Diretores, três funcionários administrativos, 46 Agentes Penitenciários, dois Assistentes Sociais, uma Psicóloga e três Auxiliares de Enfermagem. Faltam encarregados de serviços gerais. Dos 183 detentos, 72 são condenados – sendo 22 no regime fechado, 29 no aberto e 21 no semiaberto –, 109 são

provisórios e dois são menores. Os presos assistem a cultos religiosos e trabalham na unidade ou fora dela. No entanto, faltam agentes para a escolta.

O Ten.-Cel. Ernest Soares defendeu a redução da criminalidade sem que as liberdades individuais sejam lesadas. Ele apontou como principais desafios: a construção da sede da Risp em Curvelo; a implantação das áreas integradas – Aisps; a maior aproximação com o Ministério Público, o Judiciário, os Executivos locais e os Legislativos municipais; o estreitamento do relacionamento com o Corpo de Bombeiros; a ampliação dos Conseps e das Apacs; a retirada completa das polícias do trabalho de guarda nas cadeias públicas; a melhor estruturação logística e o aumento dos efetivos das instituições de segurança pública; e a integração com a Polícia Federal.

Robinson Brasilino externou a preocupação da Polícia Federal com o trabalho conjunto das forças de segurança, com a superação do distanciamento na base e com os trabalhos integrados. Segundo ele, a principal dinâmica a ser adotada é a união, com integração e informação. A polícia deve trabalhar na prevenção do crime, analisando-o para eliminar suas causas e consequências, estudando cientificamente sua dinâmica e seu desenvolvimento; além de planejar a atividade em cada região. Ademais, é preciso superar a carência de efetivo.

O expositor afirmou que o uso de bebida alcoólica no trânsito, o consumo de drogas e a violência contra a mulher são fatores que estão na base dos latrocínios, dos estupros e dos crimes contra as crianças. Para contê-los, propôs leis mais severas e aumento dos gastos com a prevenção, mas ressaltou que os demais crimes têm causas diferentes.

Larissa Amaral manifestou preocupação em tratar a segurança pública como um todo. Rejeitou o trabalho exclusivo com repressão. Valorizou a prova e o depois, o devido processo legal, a ressocialização no cumprimento da pena e o combate à reincidência. Disse que o Boletim de Ocorrência – BO – é importante para colher dados, investigar, decidir sobre a ação penal e lastrear a eventual condenação. Afirmou que há trabalho conjunto para acelerar os inquéritos policiais, ressaltando que o Ministério Público está em dia com seu trabalho, mas que o pequeno número de Delegados estrangula o processo: o Judiciário como um todo não consegue atender a demanda.

Segundo ela, como o tráfico e o uso de drogas é gritante, a Polícia Militar vem realizando prisões em flagrante e gerando aumento vertiginoso do número de réus, o que indica a necessidade urgente de que se faça um trabalho especial com os usuários: além da recuperação, devem-se criar alternativas econômico-sociais. Trata-se de abordar todos os sistemas, integrar os adolescentes no mundo legal e afastá-los da criminalidade.

A Promotora de Justiça defendeu que a preocupação não deve se restringir às metas, mas alcançar também a qualidade com que essas metas são atingidas. Só efetivos em número adequado garantirão investigações no inquérito, darão respaldo a eventuais condenações e manterão prisões. Ademais, o problema continua: é preciso acompanhar o traficante preso e sua

família. Nesse aspecto, são fundamentais a construção da Apac local e a execução de projetos que integrem os detentos ao processo laboral.

Dilcea Sampaio destacou que o fator econômico deve ser considerado, pois como os pais necessitam trabalhar, os filhos acabam ficando desamparados. Ela insistiu em que a escola, além de ensinar, deve inculcar valores. Disse que o exemplo do Proerd é importante e, por fim, reivindicou que as escolas sejam protegidas das frequentes depredações.

O Maj. Ricardo Eugênio lembrou que o Corpo de Bombeiros também quer fazer parte da solução, apesar de ainda necessitar crescer em logística e em número de pessoal. Disse que 18 Municípios são atendidos por apenas 27 militares e chamou a atenção para o fato de que essa insuficiência se acentua no período de estiagem, quando aumenta o risco de incêndios. Afirmou, no entanto, que, apesar da carência de efetivo, o Corpo de Bombeiros está à disposição da sociedade e pronto a se integrar.

## II.2) Discussão

Maurício Gabriel Diniz defendeu que não se conseguem resultados sem alterar a lei. A falta de uma distinção objetiva entre usuário e traficante vem transformando os presídios em casas de recuperação forçada de usuários de drogas, pois os grandes traficantes não são presos. Para ele, falar em combate às drogas sem investigar sua origem é uma inconsequência.

Criticou a Lei de Execução Penal federal, que permite interpretação dúbia: alguns acham que o preso no regime semiaberto não precisa cumprir o critério objetivo de 1/6 da pena para ter emprego; outros, que deve cumprir 1/6 da pena na justiça local. Nos Tribunais, Desembargadores e Câmaras adotam ora um critério ora outro. Segundo ele, esse é o motivo de, em um universo de quase 200 presos no Município, apenas sete terem sido autorizados a trabalhar. Os quatro em regime semiaberto necessitam de escolta, mas não há pessoal nem para os que se encontram no presídio.

Ainda de acordo com Maurício Diniz, as indefinições sobre a situação dos presos fazem os advogados viverem as inseguranças das famílias, especialmente das mais pobres. No Presídio de Curvelo não há um advogado sequer para defender o detento. Os presos têm medo e os familiares são acanhados. O Ministério Público está mais distante e não dispõe de tempo. Faz-se necessária a existência de um órgão, independente da Direção do Presídio, fiscalizador do sistema prisional.

Ele registrou que, pela primeira vez, falta um Diretor com a competência necessária. As famílias saem de longe e deixam de comer para visitar seus parentes, mas não conseguem fazê-lo, porque há punições sem critério ou justificativa aos detentos. Os familiares dos presos precisam de porta-voz e de atendimento sem arrogância.

Larissa Amaral, ressaltando não ser a titular da Promotoria da Infância e da Juventude de

Curvelo, esclareceu que os menores ficam em cela separada, requisitada pelo Poder Judiciário, com medidas de internação e prazos rigorosamente cumpridos. Quanto aos presos provisórios, falou que essas informações cabem ao Poder Judiciário.

Informou que, em até cinco dias após a chegada do inquérito policial, a denúncia fica pronta. Quando há excesso de prazo, o Ministério Público pede relaxamento de prisão. Têm ocorrido muitas prisões na comarca e existem controvérsias sobre a lei de tóxicos. O Tribunal de Justiça fixou a prisão provisória em 180 dias. O Ministério Público cumpre os princípios do Estado Democrático de Direito e os prazos da relação penal.

Segundo ela, os presos encaminham cartas à Secretaria do Poder Judiciário. Não há, porém, pessoal suficiente para fazer a juntada e movimentar os processos, de modo que cheguem rápido ao Ministério Público, e sejam encaminhados, conclusos, ao Juiz responsável pelo benefício. Há muitas falhas na execução de penas, o que prejudica o próprio sistema penitenciário, que precisa de rotatividade. A informatização padronizará e agilizará o processo.

Quanto aos prazos de prisão provisória, Larissa Amaral disse poder afirmar apenas que o Ministério Público os cumpre, dentro de suas atribuições, na denúncia e nas alegações finais. Sobre a situação dos presos provisórios, esclareceu que só o Poder Judiciário pode fornecer dados específicos. Quando há excesso, o relaxamento é pedido. Ela destacou ainda a falta de Defensor Público na comarca.

O Ten.-Cel. Jordão Bueno citou casos de infratores que já passaram várias vezes pelas mãos do Estado, independentemente das políticas adotadas, dos processos judiciais, do sistema de execução penal ou da gravidade dos crimes. De acordo com ele, dever-se-ia observar o art. 1º da Lei de Execução Penal federal, que afirma ser o propósito da pena a ressocialização do condenado. As cadeias viraram depósitos de passagem.

Pediu, ainda, investimentos urgentes na ressocialização dos presos, a fim de que saiam do sistema prisional melhores. Trata-se de providência positiva para as pessoas, as famílias e a sociedade, evitando gastos e mortes. Não é fácil para o Judiciário, a Polícia Civil e a Polícia Militar lidarem com o mesmo preso inúmeras vezes. O detento acabará cometendo crimes mais graves.

José Geraldo apoiou as críticas à Lei de Execução Penal. A Subseção da OAB/MG em Curvelo observou que, além de registrar ideias no papel, é preciso colocá-las em prática. Não basta superlotar cadeias: é necessário buscar a realidade dos detentos. Que o Estado, por meio de um departamento social, assista o preso e alcance sua família.

Hormezinda Rocha frisou a importância da imprensa local, que tem o sotaque da cidade. Citou a parceria da Amirt com o Ministério Público na divulgação do Disque Denúncia e colocou as emissoras locais à disposição para campanhas preventivas em mídia regional.

O Maj. Aguiar informou que existem 2.300km de rodovias estaduais e federais. A Companhia de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário cuida de 58 Municípios, apesar de contar apenas com 157 pessoas. Só com mais efetivo haverá policiamento geral e permanente. Na

região de Curvelo, as principais causas de acidentes e atropelamentos são: falta de atenção ao volante, animais na pista, má iluminação nas áreas urbanas, embriaguez e ultrapassagens acima do limite permitido. Há também furtos de carga.

Robinson Brasilino esclareceu que a circunscrição da Polícia Federal vai de Belo Horizonte a Corinto, incluindo Diamantina. Apoiou a proposta de reunião em Belo Horizonte com os Comandantes da Risp e os Delegados para discutir o tráfico local e suas ligações.

Roberta Santos informou que os dois adolescentes que estão no presídio são de Três Marias. Disse que a Promotora da Infância e da Juventude preferiu a preservação de seus elos familiares. Foi construída uma cela capaz de atender a quatro adolescentes. Quanto às visitas sociais, falou que são regulamentadas pelo Procedimento Operacional Padrão. Às vezes, há constrangimentos, mas são inevitáveis. A revista é minuciosa quando há suspeita de material ilícito, caso em que o visitante é convidado ao “teste no banquinho”. Se recusar-se, seu acesso à unidade pode ser bloqueado.

Valmir de Paula destacou que a Polícia Civil ainda cuida de presos em várias cidades.

O Ten.-Cel. Bueno informou que, em Diamantina, com 115 presos recolhidos, e no Serro, com 57, não há presença da Suapi. Reivindicou prioridade para essas cidades, que fazem parte do Circuito da Estrada Real e têm potencial turístico. Ressaltou que os policiais militares e civis empregados na cadeia pública fazem falta à segurança da comunidade.

Robinson Brasilino relatou que sua Delegacia Fazendária, com mais de 20 Delegados, abarca 60% a 70% dos inquéritos da Polícia Federal. Mesmo sem condições de estar em todos os Municípios, o trabalho de 2009 já foi todo encaminhado, seja abrindo inquérito policial, seja sendo remetido à Corregedoria. A Delegacia de Meio Ambiente atua com o mesmo propósito.

O Maj. Aguiar disse que na prisão de pessoas envolvidas em mineração ilegal há também trabalho preventivo, a fim de legalizar os garimpos. Em Curvelo e nos Municípios vizinhos, a extração continua, em parte, irregular. Segundo ele, se todas as ocorrências forem encaminhadas a Delegacias da Polícia Federal em Montes Claros ou Belo Horizonte, a demanda não será atendida.

Lembrou que, em relação à presença de equinos e bovinos em rodovias, a competência é do DER em parceria com a Polícia Militar e afirmou que o problema maior é nas áreas urbanas, onde animais pastam nas margens das estradas. Nesse caso, a competência é dos Municípios. Há convênios em andamento, que preveem medidas preventivas e, caso necessário, repressivas.

Informou também que a escola onde será instalada a sede da 14ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito está sendo reformada pela Polícia Militar com o trabalho de 12 presos.

José Maria Silva reivindicou investimentos do governo estadual em segurança. Segundo ele, a Prefeitura do Município cede funcionários às Polícias Civil e Militar, ao fórum, à Emater e ao IMA. Disse que, sendo a cadeia pública de Curvelo inadequada, faz-se urgente a escolha de um local para a construção da Apac.



Roberta Santos afirmou que a liberação de verba governamental para a construção de Apacs pressupõe um ano de funcionamento provisório. Logo, precisa-se de sede provisória. Propôs que o presídio seja transferido, cedendo lugar à Apac. Esclareceu que foram construídas celas para separar os presos provisórios dos condenados, pois são dois grupos que encaram a vida prisional de forma distinta.

### II.3) Encaminhamentos aprovados:

a) ofício ao Secretário de Defesa Social, pedindo as seguintes providências relativas à região de Curvelo:

- implantar Áreas Integradas de Segurança Pública – Aisps – na região;
- construir a sede da 14ª Risp;
- melhorar a estrutura e aumentar o efetivo do Corpo de Bombeiros, bem como fazer coincidir o rol de Municípios abrangidos pelas estruturas da corporação e das Risps;
- ampliar a estrutura da Polícia Civil e seu efetivo;
- construir mais celas no presídio, visando separar os presos provisórios dos demais;
- ampliar o quadro de Agentes Penitenciários, especialmente em Diamantina e no Serro, com vistas a retirar as Polícias Militar e Civil do trabalho de guarda nas cadeias públicas;
- aumentar o número de Apacs na região;
- melhorar a estrutura e aumentar o efetivo da 14ª Companhia da Polícia Militar Independente de Meio Ambiente e Trânsito;

b) ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando informações sobre a situação dos presos provisórios na Comarca de Curvelo;

c) ofício ao Presidente da Cemig e aos Prefeitos de Várzea da Palma e Lassance, solicitando seja instalada iluminação adequada no trecho da Rodovia MG-496 que passa nas áreas urbanas desses Municípios;

d) ofício ao Governador do Estado, solicitando seja implantada instituição para o tratamento de dependentes químicos na região de Curvelo;

e) ofício à Promotoria da Infância e da Juventude da Comarca de Curvelo e ao Diretor do presídio local, solicitando informação sobre a situação dos adolescentes que se encontram na unidade;

f) ofício à Corregedoria do Sistema Prisional, solicitando seja averiguada a situação em que se encontra o Presídio de Curvelo, especialmente no que se refere ao trato com os familiares dos detentos.

### III - Principais pontos abordados

### III.1) Criminalidade:

- a) a maior preocupação na Risp são os crimes violentos, como homicídios, tentativas de homicídios e estupros;
- b) cerca de 1/3 dos homicídios tem relação com drogas e bebidas alcoólicas;
- c) a Acisp de Sete Lagoas concentra a criminalidade violenta, inclusive o tráfico de drogas;
- d) o número de homicídios em Curvelo é menor que em Pirapora e Sete Lagoas;
- e) ocorrência de furtos de carga em trechos urbanos de estradas;
- f) existência de mineração ilegal, especialmente de cristais.

### III.2) Resultados positivos:

- a) integração do trabalho das polícias;
- b) avanço na gestão da segurança pública após a coincidência entre as áreas territoriais das Polícias Civil e Militar;
- c) integração da Polícia Militar com a sociedade civil por meio da Polícia Comunitária;
- d) melhoria no sistema carcerário após a atuação da Suapi;
- e) cumprimento rigoroso dos prazos processuais pelo Ministério Público;
- f) bom desempenho da Risp em número de TCOs;
- g) progresso na Acisp de Curvelo nos últimos anos, com diminuição dos crimes violentos, dos crimes violentos contra o patrimônio e dos homicídios;
- h) preocupação da Polícia Militar em baixar a criminalidade respeitando os direitos humanos;
- i) êxitos obtidos pelo Proerd na prevenção junto a pré-adolescentes na escola;
- j) investimentos da Prefeitura de Curvelo em esportes e na parceria com a polícia.

### III.3) Problemas:

- a) existência de campo fértil para a violência entre os adolescentes;
- b) vastidão da 14ª Risp, o que torna difícil cobrir integralmente a área;
- c) insuficiência de efetivos das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros como o problema mais grave;
- d) a Acisp de Capelinha apresenta a maior defasagem de recursos e efetivos;
- e) demanda muito grande pelo Corpo de Bombeiros;
- f) aumento considerável do risco de incêndios durante a estiagem;
- g) necessidade de implantação de logística para o melhor funcionamento do Corpo de

Bombeiros;

- h) número insuficiente de Agentes Penitenciários para a escolta de presos;
- i) transformação dos presídios em casas de recuperação forçada de usuários de drogas;
- j) interpretações dúbias da Lei de Execução Penal federal quanto aos regimes de cumprimento de pena;
- k) presença de dois adolescentes no Presídio de Curvelo;
- l) excesso de presos provisórios, o que acaba fazendo com que as cadeias funcionem como depósitos de passagem;
- m) falta de Defensor Público na comarca;
- n) tendência ao colapso se todas as ocorrências da alçada federal forem encaminhadas às Delegacias da Polícia Federal.

III.4) Carências a serem supridas:

- a) implantar Aisps para a efetiva articulação das polícias;
- b) intensificar a cooperação entre as polícias, na base;
- c) aproximar as polícias dos Executivos e dos Legislativos municipais, do Ministério Público e do Judiciário;
- d) integrar as Polícias Civil e Militar com a Polícia Federal;
- e) melhorar a integração entre as atividades desempenhadas pelas polícias e pelo Corpo de Bombeiros;
- f) construir a sede da Risp em Curvelo;
- g) implantar instituição para tratamento de dependentes químicos;
- h) ampliar o número de Conseps e Apacs;
- i) retirar completamente as polícias da guarda de presos nas cadeias públicas;
- j) aumentar os efetivos das instituições de segurança pública;
- k) melhorar a logística e aumentar o efetivo do Corpo de Bombeiros;
- l) implantar órgão para atender demandas de presos e familiares;
- m) aplicar o art. 1º da Lei de Execução Penal federal, que afirma o propósito de ressocialização;
- n) mobilizar as emissoras locais para campanhas preventivas em mídia regional;
- o) promover reunião em Belo Horizonte com os Comandantes da Risp e os Delegados para discutir o tráfico local e suas ligações;
- p) melhorar o investimento do governo estadual na área de segurança em Curvelo.